

**A educação à distância no Brasil:
um resgate histórico a partir do conceito schumpeteriano de inovação¹**

**Éder de Souza Beirão²
Anne Marielle Castro de Carvalho³
Gislene Quaresma Oliva⁴**

RESUMO: Com o avanço tecnológico e seu refinamento ao longo dos anos, a Educação à Distância (EaD) tem, cada vez mais, conseguido espaço no mercado mundial, e, principalmente, no Brasil. Frente a essa realidade, houve a pretensão, nesse artigo, de traçar um resgate histórico da EaD no Brasil a partir da ótica schumpeteriana de inovação. Para tanto, buscou respaldo na concepção de inovação abordado por Schumpeter (1997), mais precisamente a partir dos conceitos de destruição criativa e difusão tecnológica, bem como uma análise pormenorizada do conceito e história da EaD no Brasil. As conclusões obtidas apontam que a expansão da EaD refletiu no crescimento do número de vagas e cursos na modalidade, e, que esta tendência expansionista tem se acentuado nos últimos anos, à medida que as tecnologias educacionais avançam.

Palavras-chave: educação à distância; Schumpeter; inovação; destruição criativa; difusão tecnológica.

ABSTRACT: With the technological advance and its refinement over the years, Distance Education (EaD) has increasingly gained space in the world market, and especially in Brazil. Faced with this reality, there was the intention, in this article, of tracing a historical rescue of distance education in Brazil from the Schumpeterian perspective of innovation. Therefore, it sought support in the concept of innovation approached by Schumpeter (1997), more precisely from the concepts of creative destruction and technological diffusion, as well as a detailed analysis of the concept and history of distance education in Brazil. The conclusions obtained indicate that the expansion of distance education reflected in the growth of the number of vacancies and courses in the modality, and that this expansionist trend has been accentuated in recent years, as educational technologies advance.

Keywords: distance education; Schumpeter; innovation.

Código JEL: I20; O15; O33.

1. Introdução

Atualmente, a demanda por cursos superiores nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil tem crescido exponencialmente. O crescimento da demanda por esse nível de ensino pode ser justificado pela necessidade de qualificação e/ou requalificação. Devido às

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Doutorando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). [HTTPS://ORCID.ORG/0000-0003-4379-9345](https://orcid.org/0000-0003-4379-9345). EMAIL: ederbeirao@gmail.com

³ Doutoranda em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). [HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-8299-5042](https://orcid.org/0000-0002-8299-5042). EMAIL: marielle.advocacia@gmail.com

⁴ Doutoranda em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). [HTTPS://ORCID.ORG/0000-0003-4836-1297](https://orcid.org/0000-0003-4836-1297). EMAIL: gqo7@yahoo.com.br

tecnologias cada vez mais sofisticadas que requerem conhecimento sobre técnicas avançadas, exigindo cada vez mais das pessoas a especialização.

Neste cenário, a EaD é apresentada como uma alternativa importante para a democratização do ensino, uma vez que o espaço geográfico brasileiro tem grandes dimensões e necessita de uma educação que atinja um maior contingente possível de pessoas. A EaD pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento educacional do país, uma vez que a modalidade presencial de ensino não consegue desenvolver ações educacionais que atenda a todos.

Diante disso, a EAD proporciona uma interação entre professor e aluno sem a necessidade de ambos estarem no mesmo ambiente. É uma modalidade educacional que pode ser encarada como uma inovação da modalidade da educação presencial, ou mesmo como um complemento.

A EaD busca satisfazer as necessidades de formação e expansão da formação para grupos que não tiveram a mesma oportunidade oferecida por outra modalidade de ensino, tornando assim uma ótima relação custo/eficiência (ROCA, 1998).

A literatura em diversas áreas aponta a inovação como elemento-chave para a criação e sustentação de vantagens competitivas ou mesmo como elemento fundamental para a compreensão ou forma de resolver muitos dos problemas básicos da sociedade (LOPES; BARBOSA, 2008; HAGE, 1999).

Face as questões apresentadas, o estudo tem as seguintes questões-problema (problema de pesquisa): Como se deu a criação e o estabelecimento da EaD no Brasil? Neste contexto, essa modalidade é inovadora se comparada a educação presencial? Essa inovação indica evolução ou complementação?

Na busca de responder à questão norteadora traçada para o presente estudo, foram definidos o objetivo geral e os específicos. Considerando a relevância do tema, o objetivo deste estudo é traçar um resgate histórico da EaD no Brasil a partir da ótica schumpeteriana de inovação. Para alcançar tal objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (1) retomar a história da EaD no Brasil; (2) apresentar conceitos e classificações de EaD e inovação; e (3) demonstrar os avanços e inovações da educação, tendo em vista os conceitos de destruição criativa e difusão tecnológica.

2. O conceito de educação à distância

No que tange a conceituação da EAD, vários são os autores que abordam esta temática. Segundo Hack (2011), um dos pioneiros no estudo da temática foi o educador sueco Börje Holmberg, que confessou a Arnaldo Niskier ter ouvido a expressão na universidade alemã de Tübingen.

Niskier (2000) cita Holmberg (1985) ao afirmar que em vez de utilizar a expressão 'estudo por correspondência', os alemães preferiam os termos *Fernstudium* (Educação à

Distância) ou *Fernunterricht* (Ensino à Distância). O autor ainda destaca que os ingleses conheceram a expressão a partir de Desmond Keegan e Charles Wedemeyer.

De acordo com Bitencourt (2010,), a EaD tem por objetivo o desenvolvimento de ambientes e de metodologias que propiciem o aprendizado remoto, isto é, no qual um ou mais alunos possam vivenciar experiências de aprendizagem em local fisicamente diferente de onde os recursos instrucionais se encontram. Para o autor, a natureza das pesquisas nessa área tem caráter nitidamente multidisciplinar, unindo esforços das Ciências da Educação, da Psicologia, da Engenharia e da Ciência da Computação.

A EaD pode ser definida como uma relação professor-aluno ou ensino-aprendizagem auxiliada por materiais e tutoriais, com uso de novas tecnologias ou em ambientes tradicionais (RIANO, 1997).

Especialmente no Brasil, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), incentiva o desenvolvimento de programas de EaD no Brasil, conforme se depreende do art. 80:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais (BRASIL, 1996, não paginado).

Como se vê, a LDB apresenta uma significativa inovação ao abrir oportunidade para a EaD em todos os seus níveis. A partir de sua aprovação, "portas" foram abertas para a educação a distância no Brasil, vários decretos e portarias foram aprovados e publicados, cristalizando no país a existência de duas modalidades de ensino distintas, a presencial e a distância.

O Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017⁵, em seu art. 1º, trouxe, expressamente, uma definição para a Educação à Distância como sendo:

[...] a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias da informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliações compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

⁵ Regulamenta o art. 80 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

3. A história da educação à distância

A história da EaD no Brasil é marcada por vários momentos históricos. Segundo Golvêa e Oliveira (2006) existem alguns marcos históricos que consolidam a EaD globalmente. O Quadro 1 apresenta os marcos históricos da EaD.

Quadro 1 – Marcos históricos da EAD.

Ano	Marco Histórico
1728	Marco inicial da Educação a Distância: é anunciado um curso pela Gazeta de Boston, na edição de 20 de março, onde o Prof. Caleb Philipps, de Short Hand, oferecia material para ensino e tutoria por correspondência. Após iniciativas particulares, tomadas por um longo período e por vários professores, no século XIX a EaD começa a existir institucionalmente;
1829	Na Suécia é inaugurado o Instituto Liber Hermondes, que possibilitou a mais de 150.000 pessoas realizarem cursos através da Educação a Distância;
1840	Na Faculdade Sir Isaac Pitman, no Reino Unido, é inaugurada a primeira escola por correspondência na Europa;
1856	Em Berlim, a Sociedade de Línguas Modernas patrocina os professores Charles Toussaine e Gustav Laugenschied para ensinarem Francês por correspondência;
1892	No Departamento de Extensão da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos da América, é criada a Divisão de Ensino por Correspondência para preparação de docentes;
1922	Inicia-se cursos por correspondência na União Soviética;
1935	O Japanese National Public Broadcasting Service inicia seus programas escolares pelo rádio, como complemento e enriquecimento da escola oficial;
1947	Inicia-se a transmissão das aulas de quase todas as matérias literárias da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris, França, por meio da Rádio Sorbonne;
1948	Na Noruega, é criada a primeira legislação para escolas por correspondência;
1951	Nasce a Universidade de Sudáfrica, atualmente a única universidade a distância da África, que se dedica exclusivamente a desenvolver cursos nesta modalidade;
1956	A Chicago TV College, Estados Unidos, inicia a transmissão de programas educativos pela televisão, cuja influência pode notar-se rapidamente em outras universidades do país que não tardaram em criar unidades de ensino a distância, baseadas fundamentalmente na televisão;
1960	Na Argentina, nasce a Tele Escola Primária do Ministério da Cultura e Educação, que integrava os materiais impressos à televisão e à tutoria;
1968	É criada a Universidade do Pacífico Sul, uma universidade regional que pertence a 12 países-ilhas da Oceania;
1969	No Reino Unido, é criada a Fundação da Universidade Aberta;
1971	A Universidade Aberta Britânica é fundada;
1972	Na Espanha, é fundada a Universidade Nacional de Educação a Distância;
1977	Na Venezuela, é criada a Fundação da Universidade Nacional Aberta;
1978	Na Costa Rica, é fundada a Universidade Estadual a Distância;
1984	Na Holanda, é implantada a Universidade Aberta;
1985	É criada a Fundação da Associação Europeia das Escolas por Correspondência;
1985	Na Índia, é realizada a implantação da Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi;
1987	É divulgada a resolução do Parlamento Europeu sobre Universidades Abertas na Comunidade Europeia;
1987	É criada a Fundação da Associação Europeia de Universidades de Ensino a Distância;
1988	Em Portugal, é criada a Fundação da Universidade Aberta; e
1990	É implantada a rede Europeia de Educação a Distância, baseada na declaração de Budapeste e o relatório da Comissão sobre educação aberta e a distância na Comunidade Europeia.

Fonte: Adaptado de Vasconcelos (2010); Golvêa e Oliveira (2006).

De acordo com Golvêa e Oliveira (2006), todos esses acontecimentos foram importantes para a consolidação da EaD. Os autores ainda afirmam que, atualmente, vários países adotam a EaD em todos os níveis de ensino, em programas formais e não formais, atingindo milhares de estudantes.

Atualmente, é crescente o número de instituições e empresas que desenvolvem programas de treinamento de recursos humanos, através da EaD. As universidades à distância têm incorporado, em seu desenvolvimento histórico, as novas tecnologias de informática e de telecomunicação (BERNARDO, 2009).

No Brasil a EaD tem sua trajetória delimitada. De acordo com Alves (2011), provavelmente as primeiras experiências em EaD no Brasil tenham ficado sem registro, visto que os primeiros dados conhecidos são do século XX. O Quadro 2 apresenta os marcos históricos da EaD no Brasil.

Quadro 2 – Marcos históricos da EaD no Brasil.

(continua)

Ano	Marco Histórico
1904	O Jornal do Brasil registra, na primeira edição da seção de classificados, anúncio que oferece profissionalização por correspondência para datilógrafo;
1923	Um grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que oferecia curso de Português, Francês, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. Tinha início assim a EaD pelo rádio brasileiro;
1934	Edgard Roquette-Pinto instalou a Rádio-Escola Municipal no Rio, projeto para a então Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal;
1939	Surgimento, em São Paulo, do Instituto Monitor, o primeiro instituto brasileiro a oferecer sistematicamente cursos profissionalizantes a distância por correspondência, na época ainda com o nome Instituto Rádio-Técnico Monitor;
1941	Surge o Instituto Universal Brasileiro, segundo instituto brasileiro a oferecer também cursos profissionalizantes sistematicamente;
1947	Surge a nova Universidade do Ar, patrocinada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas. O objetivo desta era oferecer cursos comerciais radiofônicos;
1959	A Diocese de Natal, Rio Grande do Norte, cria algumas escolas radiofônicas, dando origem ao Movimento de Educação de Base (MEB), marco na Educação a Distância não formal no Brasil;
1962	É fundada, em São Paulo, a Ocidental School, de origem americana, focada no campo da eletrônica;
1967	O Instituto Brasileiro de Administração Municipal inicia suas atividades na área de educação pública, utilizando-se de metodologia de ensino por correspondência. Ainda neste ano, a Fundação Padre Landell de Moura criou seu núcleo de Educação a Distância, com metodologia de ensino por correspondência e via rádio;
1970	Surge o Projeto Minerva, um convênio entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta, cuja meta era a utilização do rádio para a educação e a inclusão social de adultos. O projeto foi mantido até o início da década de 1980;
1974	Surge o Instituto Padre Reus e na TV Ceará começam os cursos das antigas 5ª à 8ª séries (atuais 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), com material televisivo, impresso e monitores;
1976	É criado o Sistema Nacional de Teleducação, com cursos através de material instrucional;
1979	A Universidade de Brasília, pioneira no uso da Educação a Distância, no ensino superior no Brasil, cria cursos veiculados por jornais e revistas, que em 1989 é transformado no Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD) e lançado o Brasil EAD;

1981	É fundado o Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER) do Colégio Anglo Americano que oferecia Ensino Fundamental e Médio a distância. O objetivo do CIER é permitir que crianças, cujas famílias mudem-se temporariamente para o exterior, continuem a estudar pelo sistema educacional brasileiro;
1983	O SENAC desenvolveu uma série de programas radiofônicos sobre orientação profissional na área de comércio e serviços, denominada "Abrindo Caminhos";
1991	O programa "Jornal da Educação – Edição do Professor", concebido e produzido pela Fundação Roquete-Pinto tem início e em 1995 com o nome "Um salto para o Futuro", foi incorporado à TV Escola (canal educativo da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação) tornando-se um marco na Educação a Distância nacional;
1992	É criada a Universidade Aberta de Brasília, acontecimento bastante importante na Educação a Distância do nosso país;
1995	É criado o Centro Nacional de Educação a Distância e nesse mesmo ano também a Secretaria Municipal de Educação cria a MultiRio (RJ) que ministra cursos do 6º ao 9º ano, através de programas televisivos e material impresso. Ainda em 1995, foi criado o Programa TV Escola da Secretaria de Educação a Distância do MEC;
1996	É criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Ministério da Educação, dentro de uma política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira. É neste ano também que a Educação a Distância surge oficialmente no Brasil, sendo as bases legais para essa modalidade de educação, estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, embora somente regulamentada em 20 de dezembro de 2005 pelo Decreto Nº 5.622 (BRASIL, 2005) que revogou os Decretos Nº 2.494 de 10/02/98, e Nº 2.561 de 27/04/98, com normatização definida na Portaria Ministerial Nº 4.361 de 2004 (PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010);
2000	É formada a UniRede, Rede de Educação Superior à Distância, consórcio que reúne atualmente 70 instituições públicas do Brasil comprometidas na democratização do acesso à educação de qualidade, por meio da Educação a Distância, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Nesse ano, também nasce o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), com a assinatura de um documento que inaugurava a parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, as universidades públicas e as prefeituras do Estado do Rio de Janeiro;
2001	Criação do <i>Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Moodle)</i> .
2002	O Cederj é incorporado a Fundação Centro de Ciências de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ);
2004	Vários programas para a formação inicial e continuada de professores da rede pública, por meio da EAD, foram implantados pelo MEC. Entre eles o Proletramento e o Mídias na Educação. Estas ações conflagraram na criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil;
2005	É criada a Universidade Aberta do Brasil (UAB), uma parceria entre o MEC, estados e municípios; integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior à distância;
2006	Entra em vigor o Decreto Nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, incluindo os da modalidade a distância (BRASIL, 2006);
2007	Entra em vigor o Decreto Nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, que altera dispositivos do Decreto Nº 5.622 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2007);
2008	Em São Paulo, uma Lei permite o ensino médio a distância, onde até 20% da carga horária poderá ser não presencial;

2009	Entra em vigor a Portaria Nº 10, de 02 julho de 2009, que fixa critérios para a dispensa de avaliação in loco e deu outras providências para a Educação a Distância no Ensino Superior no Brasil (BRASIL, 2009); e
2011	A Secretaria de Educação a Distância é extinta.
2017	As instituições bem-avaliadas têm autorização prévia para criar, no mínimo, 50 polos por ano, o acervo poderá ser exclusivamente on-line, as instituições poderão oferecer exclusivamente cursos EaD e parcerias com outras figuras jurídicas estão liberadas.

Fonte: Adaptado de Maia e Mattar (2007); Marconcin (2010). Rodrigues (2010); Santos (2010).

Torna importante citar que, entre as décadas de 1970 e 1980, fundações privadas e organizações não governamentais iniciaram a oferta de cursos supletivos à distância, no modelo de teleducação, com aulas via satélite, complementadas por *kits* de materiais impressos, demarcando a chegada da segunda geração da EaD no país. Somente na década de 1990 é que a maior parte das instituições de ensino superior brasileiras começaram a investir no uso de novas tecnologias de informação e comunicação para utilizarem a EaD (ALVES, 2011). E o uso dessas novas tecnologias, mais precisamente a EaD, contribuiu para a democratização do acesso ao Ensino Superior.

No cenário brasileiro quanto mais transparentes forem as informações sobre a organização e o funcionamento de cursos e programas à distância, e quanto mais conscientes estiveram os estudantes de seus direitos, deveres e atitudes de estudo, maior a credibilidade das instituições e mais bem-sucedidas serão as experiências na modalidade a distância (SCHIMITT; MACEDO; ULBRICHT, 2008).

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED), passou a agir como um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das tecnologias de informação e comunicação e das técnicas de EaD aos métodos didático-pedagógicos. Além disso, promovia a pesquisa e o desenvolvimento, voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras (BRASIL, 2010).

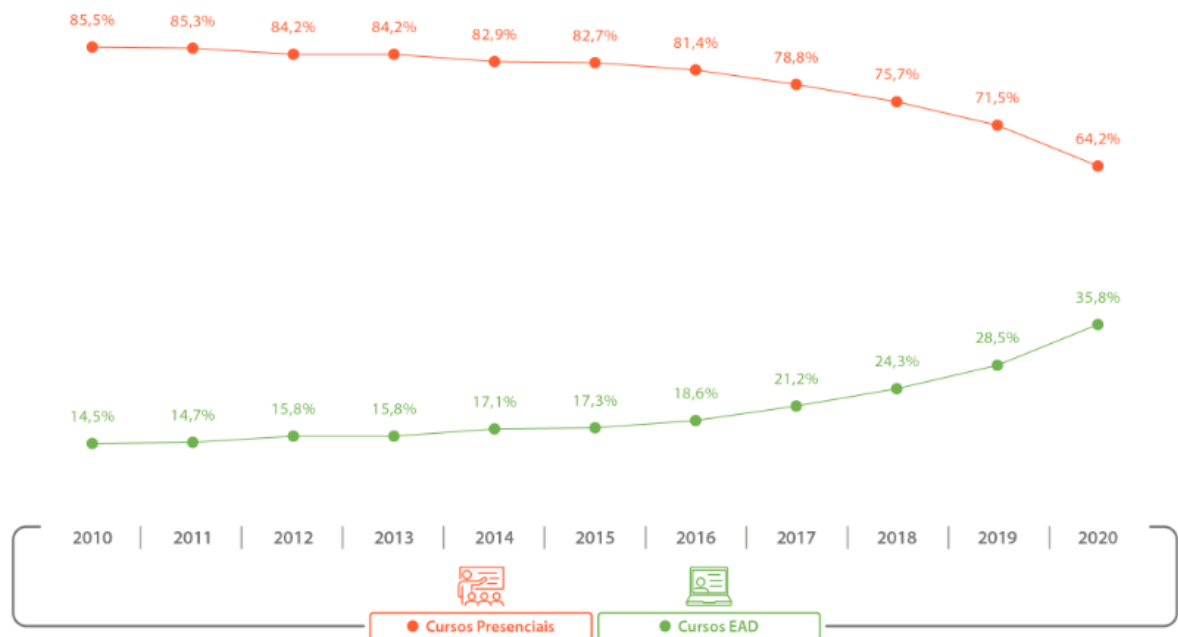
Atualmente, diversas instituições de ensino superior, públicas e privadas, empresas e órgãos do Estado, por meio de suas universidades corporativas, oferecem uma variedade de cursos à distância, em todos os níveis de ensino, como ensino fundamental, médio, médio técnico, superior e pós-graduação. O que era exclusividade de algumas empresas ou instituições de ensino, se tornou comum e bem difundida, tendo hoje maior aceitação por parte de estudantes, pesquisadores e da população em geral.

O próximo tópico traz algumas considerações sobre o perfil do Ensino Superior no Brasil, e mais especificamente sobre as matrículas nos cursos superiores das modalidades presencial e EaD, com destaque para a última.

4. Breves considerações sobre o perfil do ensino superior no Brasil

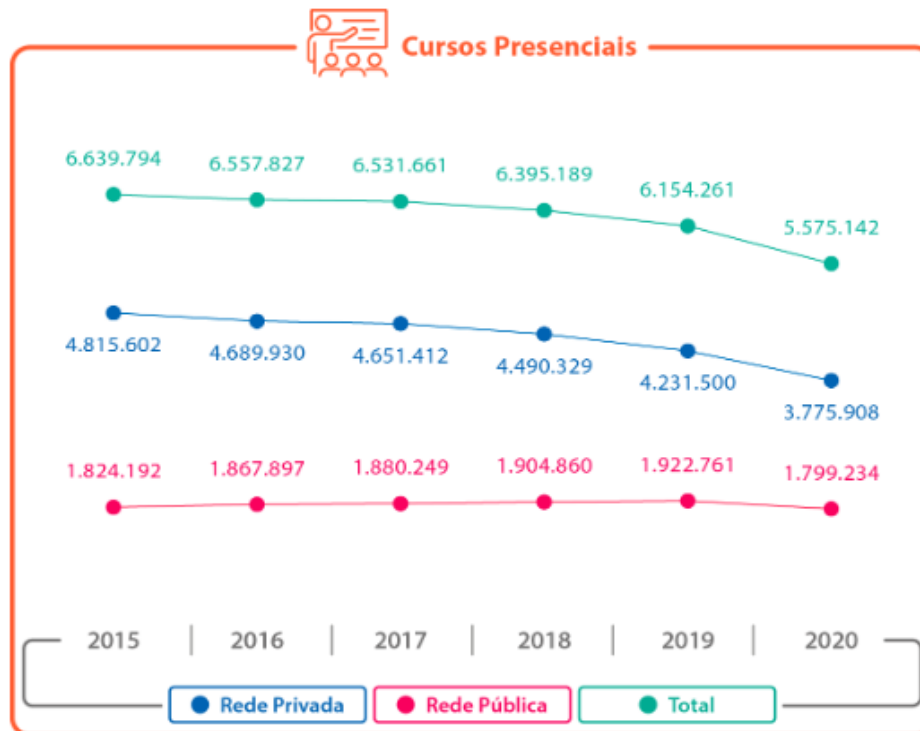
Os dados do Mapa do Ensino Superior (2022) informaram que desde o ano de 2010 o número de matrículas em cursos presenciais das IES públicas e privadas têm diminuído enquanto os números de matrículas em cursos de Educação à Distância (EaD) tem crescido exponencialmente. O GRÁF. 1 apresenta a distribuição de matrículas por modalidade.

Gráfico 1: Distribuição de matrículas por modalidade.



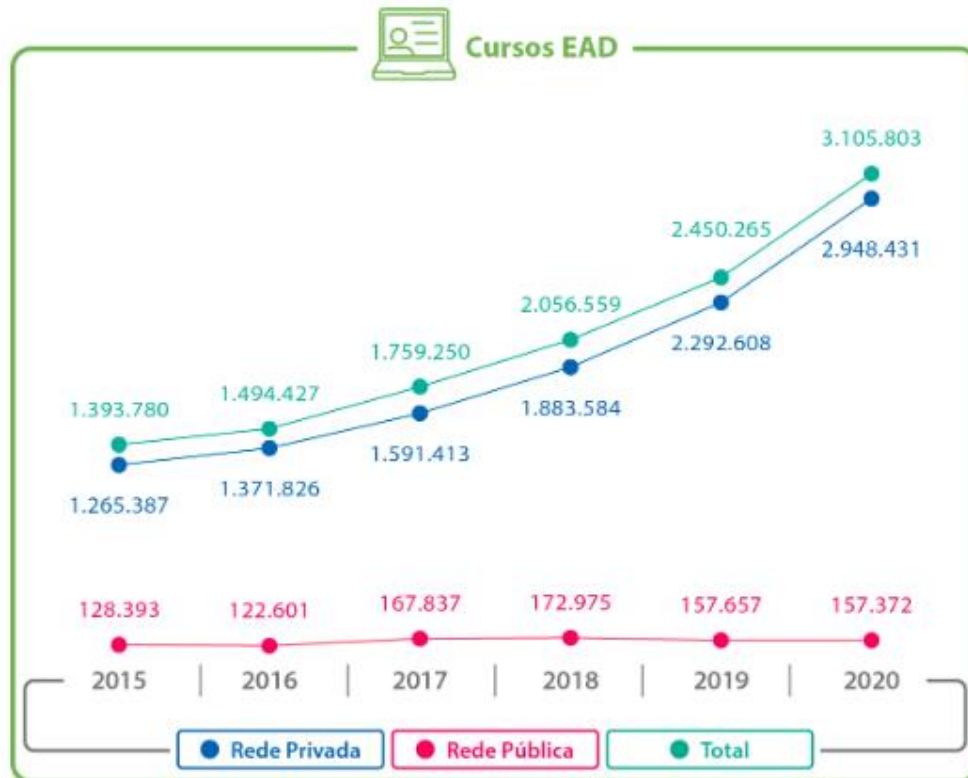
Fonte: Semesp (2022).

Como podemos observar, no gráfico 01 foi possível identificar que a representatividade das matrículas em cursos superiores presenciais sofreu queda de 85,5 % para 64,2%, entre os anos de 2010 a 2020. Nesse mesmo período, a representatividade de matrículas em cursos superiores EaD cresceu de 14,5% para 35,8%. Essa situação foi acentuada pela Pandemia de Covid-19. O GRÁF. 2 apresenta as matrículas em cursos presenciais.

Gráfico 2: Matrículas em cursos presenciais.

Fonte: Semesp (2022).

Conforme o gráfico 2 os números de matrículas nos cursos superiores presenciais da Rede Privada do Brasil tiveram uma queda, saindo de um total de 4.815.602 em 2015 para 3.775.908 em 2020. A situação da Rede Pública no que tange aos cursos superiores do Ensino Superior é um pouco diferente, uma vez que em 2015 o número de matrículas foi de 1.824.192 e em 2020 esse número caiu para 1.799.234, representando uma estabilidade, uma vez que a queda não foi acentuada como a da Rede Privada. No geral, a situação das matrículas nos cursos presenciais das IES pública e privadas foi de queda, pois no ano de 2015 o número total de matrículas foi de 6.639.794 e em 2020 caiu para 5.575.142.

Gráfico 3: Matrículas em cursos EaD.

Fonte: Semesp (2022).

De acordo com o gráfico 3 os números de matrículas nos cursos superiores EaD da Rede Privada do Brasil cresceram exponencialmente, saindo de um total de 1.265.387 em 2015 para 2.948.431 em 2020. A situação da Rede Pública no que tange aos cursos superiores do Ensino Superior não é diferente, uma vez que em 2015 o número de matrículas foi de 128.393 e em 2020 esse número cresceu para 157.372, porém o crescimento não foi tão acentuado como os das IES particulares. No geral, a situação das matrículas nos cursos superiores EaD das IES pública e privadas foi de crescimento, pois no ano de 2015 o número total de matrículas foi de 1.393.780 e em 2020 se elevou para 3.105.803.

Resumidamente, podemos observar que entre as matrículas nos cursos superiores presenciais a tendência é de queda, enquanto nos cursos superiores EaD a tendência é de crescimento, revelando assim mudanças no perfil do Ensino Superior e das IES brasileiras, ou seja, uma tendência de convergência entre a representatividade de cursos superiores presenciais e na modalidade EaD, com a queda da adesão de uma e o crescimento exponencial da outra modalidade.

Depois de traçar esse breve perfil do Ensino Superior no Brasil e constatar a importância da EaD na educação brasileira, sobretudo no Ensino Superior, fica evidente que essa modalidade tem se beneficiado do processo de globalização e inovações tecnológicas educacionais. Neste sentido, torna-se interessante para a compreensão desse fenômeno e

mudança de perfil no Ensino Superior a discussão da EaD sob a ótica inovação, tendo em vista um dos conceitos de inovação mais difundidos no meio acadêmico, aquele cunhado por Joseph A. Schumpeter.

4. A ótica schumpeteriana de inovação: conceito e caminhos possíveis para seu entendimento

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OECD (1997, p. 55), a inovação corresponde a “implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas”.

Para Schumpeter (1997, p.76) o conceito de inovação pode assumir os seguintes significados:

Esse conceito engloba os cinco casos seguintes: 1) Introdução de um novo bem — ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados — ou de uma nova qualidade de um bem. 2) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria. 3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes, quer não. 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada. 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio ou a fragmentação de uma posição de monopólio (SCHUMPETER, 1997, p.76).

A Lei Nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004⁶, conhecida como Lei de Inovação, define inovação como “introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços” (BRASIL, 2004, sem paginação).

Segundo Colombo *et al.* (2011), a inovação apresenta um conjunto amplo de definições e abordagens, mas sempre tendo em comum um forte contato com o atendimento de demandas, de público consumidor e de conhecimento a serviço de implementação de novos produtos, de novos processos ou de novas funcionalidades que atendam no mercado.

Santos, Fazion e Meroe (2010, p.2) afirmam que a inovação e seu ciclo poder ser divididos em três etapas, a saber:

[...] invenção, presente desde o início da humanidade; imitação ou difusão, comum nos mercados cuja economia foi alicerçada pela produção e terceirização de produtos de consumo e inovação, estratégia para sustentabilidade econômica das organizações no século XXI, emergente após globalização da economia e alternativa para acompanhar a velocidade de demanda por novos produtos, característica da dinâmica contemporânea (SANTOS; FAZION; MEROE, 2010, p.2).

⁶ Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

De acordo com Schumpeter (1997) existem três condições que precisam serem cumpridas para que haja a inovação, quais sejam: i) Em determinado período temporal, deverão existir possibilidades mais distintas ou vantajosas do ponto de vista econômico do privado. Seja na indústria como um todo ou em algum de seus segmentos; ii) Que exista acesso limitado a essas possibilidades. Essas limitações podem estar associadas a qualificações pessoais necessárias ou fatores externos; e iii) A situação econômica deve permitir cálculo de custos e planejamento confiável. Assim, a situação apresentada deverá demonstrar uma situação de equilíbrio econômico.

Colombo *et al.* (2011, p.86) asseveram que a educação é outro campo que foi objeto de muitas inovações e com elas conviveu e se transformou, ajudando a gerar outros tantos empreendimentos inovadores. A inovação colabora direta e indiretamente para a flexibilização e abrangência da educação. É neste sentido que reside o maior desafio da inovação e flexibilização na educação, a substituição de métodos e procedimentos tradicionais.

Mas existem duas formas distintas para se analisar a EaD sob a ótica da inovação, a partir do conceito de destruição criativa e do conceito de difusão tecnológica.

A destruição criativa, consoante o entendimento de Schumpeter (2017), trata-se de um conceito atrelado a uma mudança no perfil econômico, onde os empreendimentos inovadores destruíam empresas e modelos de negócios antigos e ultrapassados. Para o autor este processo se dá através de uma revolução na estrutura econômica que se inicia de dentro, destruindo o antigo e criando elementos novos.

De acordo com o exposto, é possível estabelecer uma relação entre a destruição criativa e o sistema capitalista. Para Schumpeter (2017), é do processo de destruição criativa que se constituiu o capitalismo, de modo que toda empresa capitalista deve se adaptar a ele para sobreviver. Tal processo "educa" os consumidores, por assim dizer, para desejarem novos produtos o que diferem daqueles que têm o hábito de consumir. Entender e descrever o processo de destruição criativa é um passo para entender e descrever o processo de desenvolvimento econômico no sistema capitalista (SCHUMPETER, 1997).

É possível fazer o mesmo exercício de entender e descrever o processo de desenvolvimento econômico e, por consequência, o sistema capitalista, através do conceito da difusão tecnológica (GOMES; NERIS JR., 2021).

De acordo com Gomes e Neris Jr. (2021), a difusão tecnológica corresponde aos mecanismos que tornam possível (ou não) a disseminação de tecnologias (novas ou não) em países, setores, empresas e sociedades ao longo do tempo. A adoção de tecnologias permite a atualização ou aprimoramento de estruturas tecnológicas, qualificando-as e pareando-as com novas estruturas e também com aquelas que se encontram em processo de aperfeiçoamento (GOMES; NERIS JR., 2021).

Tendo em vista os conceitos apresentados de destruição criativa e difusão tecnológica, é possível inferir que os dois podem explicar e influenciar no fenômeno da EaD. Ambos podem nos levar a conclusão de que a EaD pode representar uma ferramenta de auxílio as atividades da educação presencial e vice-versa.

A partir da compreensão desses dois conceitos é possível inferir que a EaD representa a evolução do que é proposto na educação presencial, com a diferença que a primeira massifica, democratiza e permite o acesso a esse direito fundamental para aqueles indivíduos que não dispõem de muito tempo para estudar, enquanto a última garante o acesso e este direito de forma mais restrita àqueles que dispõem mais tempo para se dedicar aos estudos.

Outra diferença entre os dois conceitos é que de acordo com a destruição criativa, a EaD representaria simplesmente a evolução da educação presencial, um novo estágio para se ofertar serviços educacionais a sociedade. Já a difusão tecnológica além de partir desse pressuposto, entende que existe a possibilidade de diferentes formas de se fazer o EaD.

Porém é preciso deixar claro que apesar da EaD ser compreendida como uma evolução da educação presencial, a primeira não substitui a última, mas sim complementa, aperfeiçoa e até auxilia no processo de democratização do acesso à educação, que é um dos direitos garantido constitucionalmente a todos os brasileiros.

Colombo *et al.* (2011) chama a atenção para o fato da substituição da educação presencial pela EaD significar acima de tudo o ato de agregar. O processo de ensinar se transformou e tornou mais complexo, como a vida e o mundo do trabalho que nos cerca.

A EaD tem se mostrado uma alternativa inovadora, uma modalidade de ensino que alia tantos aspectos tradicionais e técnicos ligados à educação, de uma forma mais flexível e acessível a um maior número de pessoas. Assim, a EaD acaba por gerar uma ruptura no modo de ensinar "dominante" ou "tradicional".

Na dinâmica desse processo, à medida que novas tecnologias são implementadas, a modalidade de ensino em questão inova-se fazendo seu rearranjo às melhores condições de transmissão. Iniciou se pela correspondência que demandava um tempo grande para acesso ao conteúdo. Com o advento do rádio, a EaD se expande potencialmente, atingindo maior quantidade de pessoas e otimizando a distância. Posteriormente, com o surgimento da televisão, a EaD ganha mais corporeidade com a junção do som e imagem. Hoje, mais solidificada, essa modalidade deu um salto por meio do uso da *internet*. Com a plataforma *Moodle*, recursos específicos são criados para atender a essa demanda e o mais significativo deles foi a possibilidade da interação, de pessoas em diferentes localidades poderem se comunicar e trocar informações em tempo real.

Analisando o quadro histórico do processo de evolução da EaD, foi possível observar que no cenário brasileiro, a EaD vem ganhando enorme visibilidade. Novas leis são implementadas no intuito de alavancar sua expansão, como foi o caso da implementação da UAB que expandiu a oferta de cursos na modalidade EaD em todo o Brasil e do Programa

de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão de Universidades Federais (através do Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007), que foi criado com o intuito de democratizar o acesso da população ao Ensino Superior e duplicar a oferta de vagas no referido nível de ensino. Desde que esses instrumentos normativos foram aprovados e entraram em vigor, a oferta de cursos superiores na rede pública federal mais que duplicou. Esse crescimento acabou por influenciar as IES particulares que experimentaram um crescimento exponencial e atualmente representam a maioria das IES que oferecem cursos superiores.

Apesar deste cenário, é bom deixar claro que a EaD não é utilizada apenas no Ensino Superior. Atualmente, a modalidade é utilizada por todos os níveis de ensino, de diversas formas, inclusive por empresas em suas universidades corporativas, estratégias de ensino utilizadas para qualificar os funcionários de uma determinada organização ou um conjunto delas.

Isso se deve ao fato de que o contexto social e educacional que contempla a EaD apresenta valores que vão ao encontro de muitos indivíduos. As necessidades básicas hoje utilizam a tecnologia para que possam ser realizadas. Há uma exigência maior pela economia do tempo, logo, deve ser mostrado como a educação também pode aprender com a tecnologia e criar mecanismos adaptativos para as novas gerações. Quanto mais tempo o indivíduo dispor, mais ele poderá produzir no sistema capitalista e maior mais-valia o mesmo pode gerar para seu empregador (HARVEY, 2005) ou mesmo quando ele é seu próprio patrão.

Na medida em que ocorrem as metamorfoses no cenário econômico, tecnológico, social, histórico e ideológico, tanto mais esses valores exigirão mudanças e desenvolvimento no campo educacional (CASTEL, 2010). A sociedade é estimulada a mudar as dinâmicas e os instrumentos educativos para se adaptar aos novos padrões de desenvolvimento mundiais. É isso que o uso da EaD tem perseguido, uma constante adaptação no sistema educativo e um aprimoramento do ensino, além de uma economia de tempo para que outras atividades, principalmente as de ordem econômica possam ser realizadas com maior tempo e eficiência.

5. Considerações finais

Considerando que os objetivos foram alcançados, o presente trabalho discutiu o histórico da EaD no Brasil (e no mundo) e como podemos entender a mesma através do conceito de inovação cunhado por Joseph A. Schumpeter, mais precisamente os conceitos de destruição criativa desenvolvido pelo mesmo autor (1997) e difusão tecnológica de Gomes e Neris Jr. (2021).

Os cursos superiores EaD e o número de matrículas efetivadas nos mesmos tem apresentado um crescimento exponencial enquanto o número de matrículas em cursos superiores presenciais tem sofrido uma queda significativa, representada uma nova tendência no Ensino Superior e na educação no geral.

A partir da análise dos dois conceitos apresentado foi possível inferir que ambos podem influenciar de alguma forma a EaD. Para ambos, a EaD representa um tipo de estágio mais avançado da educação se comparada a modalidade presencial, com a diferença de que a primeira favorece a massificação da educação que ocorre de maneira mais rápida e efetiva, além do fato de ser possível economizar mais tempo para realização de outras atividades, inclusive laborais, enquanto a presencial é uma modalidade que é voltada para aqueles indivíduos que detém maior tempo para se dedicar aos estudos.

Como sugestão para trabalhos futuros, pode-se realizar uma análise da Ensino Superior, seja na modalidade presencial ou EaD e seu impacto no desenvolvimento de uma determinada localidade, além da análise oferta de cursos superiores de uma dada região e sua influência na economia e nas potencialidades econômicas do local.

Referências

ALVES, L. **Educação a Distância**: conceitos e história no Brasil e no mundo. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância. Vol.10, 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf> Acesso em: 25 de Junho de 2016.

BERNARDO, V. **Educação à Distância**: fundamentos. São Paulo: UNIFESP, 2009. Disponível em: <http://www.virtual.epm.br/material/tis/enf/apostila.htm#_INTRODUÇÃO> Acesso em: 26 de Outubro de 2016.

BITENCOURT, C. **Gestão Contemporânea de Pessoas**: Novas Práticas, Conceitos Tradicionais. Porto Alegre: Bookman, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm> Acesso em: 26 de Outubro de 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 5.773**, de 09 de Maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>> Acesso em: 24 de Abril de 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 6.303**, de 12 de Dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nºs 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6303.htm> Acesso em: 24 de Abril de 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Brasília: DOU, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o [art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm> Acesso em: 17 de Outubro de 2018.

BRASIL. **Lei Nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 18 de Fevereiro de 2017.

BRASIL. **Lei Nº 10.973**, de 02 de Dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm> Acesso em: 18 de Fevereiro de 2017.

BRASIL. **Portaria Nº 10**, de 02 de Julho de 2009. Fixa critérios para dispensa de avaliação *in loco* e dá outras providências. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/portaria10_seed.pdf> Acesso em: 24 de Abril de 2017.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

COLOMBO, S. *et. al.* **Desafios da Gestão Universitária Contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GOMES, R.; NERIS JR., C. A difusão tecnológica e obstáculos ao *catch up*: uma perspectiva evolucionária. In: RAPINI, M. S.; RUFFOLI, J.; SILVA, L. A.; ALBUQUERQUE, E. M. e. **Economia da ciência, tecnologia e inovação**: fundamentos teóricos e a economia global. 2. ed. Belo Horizonte: FACE – UFMG/Cedeplar, 2021. p. 417-438.

GOUVÊA, G.; OLIVEIRA, C. I. **Educação a Distância na formação de professores**: viabilidades, potencialidades e limites. 4. ed. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2006.

HACK, J. R. **Introdução à Educação à Distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

HAGE, J. T. Organizational Innovation and organizational change. **Annual Review of Sociology**, p. 597-622, 1999.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOLMBERG, B. **Educación a distancia**: situación y perspectivas. Buenos Aires: Kapeluz, 1985.

LOPES, D. P. T.; BARBOSA, A. C. Q. **Inovação**: conceitos, metodologias e aplicabilidade. Articulando um construto à formulação de políticas públicas – uma reflexão sobre a Lei de Inovação de Minas Gerais. In: Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 2008. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A007.pdf> Acesso em: 17 de Abril de 2017.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD**: a Educação a Distância hoje. São Paulo: Pearson, 2007.

MARCONCIN, M. A. **Desenvolvimento histórico da Educação a Distância no Brasil**, 2010. Disponível em: <<http://followscience.com/account/blog/article/106/desenvolvimento-historico-da-educacao-a-distancia-no-brasil>> Acesso em: 29 de Outubro de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto Nº 2.561**, de 27 de abril de 1998. Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto Nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial da União, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2561.pdf>> Acesso em: 17 de Outubro de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto Nº 2.494**, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei Nº 9.394/96). Brasília: Diário Oficial da União, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>> Acesso em: 17 de Outubro de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Legislação da Educação a Distância**. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id%20=12778%3Aleislacaode-educacao-a-distancia&catid=193%3Aseededucacao-a-distancia%20&Itemid=865> Acesso em: 27 de Outubro de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Ministerial Nº 4.361**, de 29 de dezembro de 2004. Brasília: Diário Oficial da União, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/port_4361.pdf> Acesso em: 17 de Outubro de 2018.

NISKIER, A. **Educação à distância a tecnologia da esperança**: políticas e estratégias para a implantação de um sistema nacional de educação aberta e à distância. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Manual de Oslo**: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3.ed. Rio de Janeiro: FINEP, 1997. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>> Acesso em: 16 de Fevereiro de 2017.

RIANO, M. B. R. La evaluación em Educación a distancia. **Revista Brasileira de Educação a Distância**. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisas Avançadas. Ano IV, Nº 20, 1997.

ROCA, O. A autoformação e a formação à distância: as tecnologias da educação nos processos de aprendizagem. In: SANCHO, J. M. (Org.) **Para uma tecnologia educacional**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

RODRIGUES, M. **Universidade Aberta do Brasil**. São Paulo: Brasil Escola, 2010. Disponível em: <<http://www.vestibular.brasilecola.com/ensino-distancia/universidade-aberta-dobrasil.htm>> Acesso em: 28 de Outubro de 2016.

SANTOS, P. P. F. de. **SEED - Secretaria Especial de Educação a Distância**. Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: <<http://www.moodle.ufba.br/mod/forum/discuss.php?d=11962>> Acesso em: 27 de Outubro de 2016.

SANTOS, A. B. A. dos; FAZION, C. B.; MEROE, G. P. S. de. Inovação: um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter. **Caderno de Administração PUC-SP**, São Paulo, v.1, n.1, 2010.

SCHMITT, V.; MACEDO, C. M. S. de; ULBRICHT, V. R. A divulgação de cursos na modalidade a Distância: uma análise da literatura e do atual cenário brasileiro. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, Rio de Janeiro, v. 7, 2008.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SECRETARIA DE MODALIDADES ESPECIALIZADAS DE EDUCAÇÃO. **Mapa do Ensino Superior**. São Paulo: Semesp, 2022. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-12/brasil/matriculas/>>. Acesso em: 29 de outubro de 2022.

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2015**. São Paulo: SEMESP, 2015. Disponível em: <<http://convergencia.com.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>> Acesso em: 25 de Setembro de 2016.

VASCONCELOS, S. P. G. **Educação à Distância**: histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiifelin/19.htm>> Acesso em: 28 de Outubro de 2016.